



EXMO. SENHOR PRESIDENTE
DA CÂMARA MUNICIPAL DA TROFA

FORMULÁRIO DE RECLAMAÇÃO (DE PARTICULAR CONTRA EMPRESA)			
REQUERENTE / RECLAMANTE			
Nome		N.º Identificação Fiscal	
Morada			
Freguesia		Código Postal	-
Contacto telefónico		E-mail	
<input type="checkbox"/> Autoriza o envio de notificações, no decorrer deste processo, para o endereço eletrónico indicado (artigos 13º-A, 22.º n.º1 e 26.º do Decreto-Lei nº 135/99, de 22 de abril).			
EMPRESA RECLAMADA			
Nome			
Morada			
Freguesia		Código Postal	-
Contacto telefónico		E-mail	
PEDIDO			
Vem requerer a V. Exa. o apoio do Gabinete do Centro Municipal de Informação ao Consumidor, pelo seguinte:			
Descrição dos factos			
Pedido			
Anexar documentos			
Autorizações ao Gabinete	<input type="checkbox"/> Declaro ter conhecimento de que a intervenção do Gabinete não substitui o recurso aos Tribunais, não garante o patrocínio, por Advogado, em Processo Judicial, nem suspende o decurso de qualquer prazo, nem evita as suas consequências. <input type="checkbox"/> Declaro ter conhecimento de que o conflito de consumo do âmbito dos Serviços Públicos essenciais está sujeito a arbitragem necessária, desde que seja a opção expressa do utente, de acordo com o artigo 15º/1 da Lei nº 6/2011 de 10 de Março. <input type="checkbox"/> Aceito a intervenção do Tribunal Arbitral.		
Autorizações para mediação do Tribunal Arbitral	<input type="checkbox"/> Declaro ter conhecimento de que a tentativa de resolução do litígio através de mediação pode não suspender os prazos para intentar ação judicial. <input type="checkbox"/> Declaro ter conhecimento de que a decisão arbitral é obrigatória para as partes e tem o mesmo valor e a mesma força executiva de uma sentença de um tribunal judicial. <input type="checkbox"/> Declaro ter conhecimento de que no presente processo de reclamação posso fazer-me representar por advogado ou solicitador, sendo que, caso não tenha meios económicos para tal, posso solicitar apoio judiciário, nos termos da lei que regula o acesso ao direito e aos tribunais.		

	<input type="checkbox"/> Declaro que previamente à apresentação da presente reclamação, tentei resolver o conflito diretamente com o reclamado. <input type="checkbox"/> Autorizo que os dados pessoais que constam desta reclamação sejam transmitidos ao Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo do Vale do Ave, Tâmega e Sousa (Triave), ao (s) reclamado (s), bem assim como a outras empresas ou entidades que eventualmente venham a intervir no presente processo. <input type="checkbox"/> Pretendo que o conflito objeto da presente reclamação, no caso de não ser resolvido por mediação, seja submetido a arbitragem. <input type="checkbox"/> Em fase de arbitragem, aceito ser notificado por correio eletrónico para o email indicado no presente documento
--	--

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

De acordo com o RGPD e demais legislação atinente, enquanto responsável pelo tratamento dos dados pessoais recolhidos para elaboração e subscrição deste documento e eventuais anexos, o Município da Trofa - Rua das Indústrias, nº 393, 4786-909, Trofa, informa o titular dos dados ou quem os fornece, do seguinte:

- a) Contacto do Encarregado de Proteção de Dados dpo@mun-trofa.pt;
- b) A finalidade do tratamento dos dados pessoais é a expressa no presente documento e eventuais anexos, mormente o fornecimento de bens e/ou prestação de serviços e o cumprimento de obrigações legais daí decorrentes, a sua gestão administrativa, contabilística, fiscal, contencioso, a prova-judicial, a proteção de receita e auditoria, e cumprimento de obrigações legais subsequentes, na prossecução do respetivo interesse público;
- c) O fundamento legal desse tratamento é o fornecimento de bens e/ou prestação de serviços, e o cumprimento das obrigações contratuais e legais daí decorrentes, recíprocas e para com outras entidades públicas, na prossecução do respetivo interesse público;
- d) Os dados serão tratados por entidades terceiras/subcontratantes apenas por força de disposição legal ou por estrita necessidade da efetivação das finalidades supra referidas.
- e) Os dados pessoais recolhidos serão somente conservados pelo tempo estritamente necessário ao cumprimento de prazo certo expressamente fixado por Lei, ao referido fornecimento de bens e/ou serviços e demais finalidades referidas supra. Por defeito e na falta de prazo expresso, os dados serão guardados por um mínimo de 21 anos após a cessação do contrato.
- f) O titular dos dados pode exercer os direitos previstos no referido RGPD, designadamente o direito de informação, de acesso, de retificação, de apagamento, de limitação do tratamento, de portabilidade, de oposição, de reclamação para autoridade de controlo - Comissão Nacional de Proteção de Dados – Av. D. Carlos I n.º 134-1º 1200-651 Lisboa - e-mail: geral@cnpd.pt. - e de ser informado em caso de violação de dados, sem prejuízo das finalidades e prazos de conservação acima referidos;
- g) A comunicação dos dados pessoais recolhidos - a saber: nomes, assinaturas, rubricas, número de documento de identificação, número de identificação fiscal, endereço, números de telefone, endereços de correio eletrónico e números de identificação bancária) constitui, requisito do fornecimento de bens e/ou serviços, bem como obrigação legal e contratual, pelo que o titular está obrigado a fornecê-los e a atualizá-los.

PEDE DEFERIMENTO, o Reclamante,

Assinatura		Data	-	-
------------	--	------	---	---

O subscritor, sob compromisso de honra e estando consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal caso preste falsas declarações, declara que os dados constantes do presente requerimento correspondem à verdade.

Documento a ser enviado para cmic@mun-trofa.pt